

**Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

**SABERES E PRÁTICAS DE ENSINO DE HISTÓRIA:  
A IMPLEMENTAÇÃO DOS PCNs NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

Michele Cristina Moura<sup>1</sup>  
Selva Guimarães Fonseca<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo que ora apresentamos analisa um dos elementos norteadores da vida escolar na atualidade. Trata-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais – História (PCNs) –, 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação em 1996, com o propósito maior de apoiar os sistemas de ensino no desenvolvimento de propostas pedagógicas de qualidade, que legitimam o projeto de educação para a cidadania. O documento curricular ultrapassa o campo técnico e metodológico, não se constitui, portanto, um meio neutro de transmissão de conhecimentos, mas sim, um mecanismo de constituição de identidades individuais e sociais atravessadas por relações de poder. Neste sentido, pretendemos ir além das intencionalidades explícitas neste documento e discutir o significado da proposta, seus limites, avanços e possibilidades. Apresentamos os resultados de uma pesquisa de campo realizada em diferentes realidades escolares, buscando assim, diagnosticar como este currículo está sendo implementado, os saberes históricos que estão sendo difundidos e incorporados às práticas dos professores(as) e os significados que os sujeitos das realidades escolares de Uberlândia atribuem ao texto do PCN – História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo, Ensino de História, Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN)

**ABSTRACT:** This article presents the analysis of one of the leading elements of school life nowadays. This element is the National Curricular Parameters (NPC), in elementary education that was elaborated by the Department of Education in 1996, with the major aim of supporting the

---

<sup>1</sup>Pedagoga e Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, michelemoura\_1@hotmail.com

<sup>2</sup>Profª Dra da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, selva@ufu.br

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

educational systems in order to improve pedagogical purposes of quality which legitimates the educational project citizenship. We believe that the curricular document exceeds the methodological and technical field. So, doesn't consist of a neutral way of knowledge transmission but an essential constitutional mechanism of individual and social identities crossed by power relation. In this way we intend to go beyond the explicit intentions of the document, and discuss the meaning of its purpose, its possibilities. We present the results of the field research accomplished with different school realities, trying to diagnose how this curriculum is being implemented, historical knowledge that are being spreaded in incorporated by teachers' practice and the meanings the subjects of school realities in Uberlândia are given to the text: NCP – History.

**KEY WORDS:** Curriculum, History Education, National Curricular Parameters (NCP).

### INTRODUÇÃO

A pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos, com explicações das quais passamos a duvidar, com desconfortos mais ou menos profundos em relação a crenças que, em algum momento, julgamos inabaláveis. Ela se constitui na inquietação (Maria Isabel E. Bujes, 2002, p.14).

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida nos anos de 2001 e 2002, financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), na Universidade Federal de Uberlândia.

Trata-se de um estudo integrado ao projeto de pesquisa *Saberes históricos e geográficos escolares: representações e práticas pedagógicas*, veiculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saberes e Práticas Educativas do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Tomamos como ponto de partida algumas questões que se configuraram em eixos norteadores para o pleno desenvolvimento desta pesquisa. Ressaltamos que elas constituíram o problema central desta investigação e podem ser assim apresentadas: quais as intencionalidades

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

implícitas e explícitas dos Parâmetros Curriculares Nacionais? Quais os saberes históricos difundidos e incorporados às práticas dos(as) professores(as) atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental? Como esse documento curricular está sendo implementado em diferentes realidades educacionais de Uberlândia – MG?

Incorporamos os pressupostos metodológicos que configuram a pesquisa qualitativa, compartilhando, assim, da concepção construída por Laville e Dionne (1999). Conforme os autores:

em ciências humanas, os fatos dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem..., e igualmente o caso do pesquisador: ele também é um ator agindo e exercendo sua influência (p.3).

Ainda nas palavras do Laville e Dionne, *quando se trata do real humano..., tentemos conhecer as motivações, as representações, consideremos os valores, mesmo se dificilmente quantificáveis; deixemos falar o real a seu modo e o escutemos* (Idem, p.43).

Nessa perspectiva, a metodologia adotada fundamentou-se nos pressupostos teóricos estabelecidos pela pesquisa qualitativa, utilizando-se de diferentes delineamentos de acordo com as questões e objetivos apresentados anteriormente. Pesquisamos amplo acervo de fontes bibliográficas, analisamos o PCN de História – séries iniciais do Ensino Fundamental – e a proposta curricular elaborada pela Secretaria Municipal de Educação em 1998, e realizamos entrevistas orais temáticas com três professoras, atuantes nas seguintes escolas: 1) Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano; 2) Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães; 3) Colégio Marista Champagnat. O critério mais relevante na escolha dessas escolas foi o seu caráter institucional, ou seja, optamos por escolas pertencentes a diferentes sistemas educacionais.

A utilização da fonte oral nas pesquisas em educação representa uma oportunidade de abordar qualitativamente os problemas educacionais, a partir das vozes dos próprios sujeitos. No caso desta investigação, o processo de registro das vozes dos professores é de extrema necessidade, pois as fontes escritas, em geral, priorizam os registros institucionais, as diretrizes oficiais. A evidência oral pode ajudar a expor os silêncios, as lacunas e as deficiências da documentação escrita. As fontes orais representam uma possibilidade real de troca de experiências, de diálogo,

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

de registro, preservação e crítica da prática docente. Constitui, assim, mais que um procedimento técnico de pesquisa, um espaço e um tempo formativo. Pesquisador e colaborador aprendem no tecido vivo da troca de experiências.

Acreditamos que este estudo seja de grande relevância, uma vez que analisar o Currículo Nacional, seus objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas, permite-nos desvelar os fins sociais e culturais que o permeiam e lhe dão forma. Desse modo, podemos compreender as práticas educativas criadas e recriadas a partir de sua implementação. Implementação que, por sua vez, acarreta de forma direta e/ou indireta a corporificação dos conteúdos históricos presente em seu texto. Portanto, sem perder de vista a relevância do currículo como projeto sociocultural, descobrir os valores que o orientam e as opções implícitas e explícitas presentes nele permitiu-nos esclarecer o campo em que se desenvolve, condicionado por diversos tipos de práticas.

Pensando didaticamente, dividimos este artigo em três partes que se relacionam e se complementam. Na primeira parte, analisamos a origem histórica dos Parâmetros Curriculares Nacionais e buscamos dialogar com o ensino História, mostrando sua relevância para a formação do sujeito sócio – histórico. Essa primeira parte conta, ainda, com a apresentação do roteiro utilizado nas entrevistas. Em seguida, expomos os resultados obtidos e, por último, temos as conclusões finais e bibliografia.

### **PARÂMETROS CURRICULARES E O ENSINO DE HISTÓRIA**

O discurso educacional brasileiro, principalmente nos últimos anos, tem enfatizado a necessidade do compromisso da escola com a construção da cidadania. Nessa perspectiva, há uma demanda por práticas educativas voltadas para a formação de cidadãos capazes de se assumirem como sujeitos sociais e históricos, transformadores e participativos do processo histórico da época em que vivem.

De acordo com Caimi:

Se, há algumas décadas, a educação tinha um caráter adaptativo, concebendo-se que bastava a transmissão e assimilação do conhecimento social e historicamente produzido, hoje as práticas escolares e acadêmicas precisam voltar-se para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, valorizando

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

aspectos como flexibilidade, autonomia, capacidade de questionar padrões sociais e culturais, entre outros (2001, p. 14).

Assim, neste contexto, o ensino de História assume um papel de suma importância na formação do homem, à medida que se constitui uma disciplina capaz de contribuir efetivamente com a formação integral dos alunos, possibilitando o entendimento de si e do mundo em sua multiplicidade, pluralidade e dinamismo, despertando, por fim, uma reflexão de natureza histórica. Para que essa formação seja concretizada, mais do que nunca, exige-se um professor, como agente ativo do processo educativo, dotado de saberes múltiplos<sup>3</sup>. Requer também uma concepção de História como processo, como construção histórica, um ensino centrado na relação dialética entre presente/passado, realizado por meio de um diálogo com o vivido e da incorporação das diversas linguagens e produção de conhecimentos históricos.

Dessa maneira, é recorrente, na produção historiográfica e acadêmica, a possibilidade e a necessidade de superação do ensino de História fundado no paradigma tradicional<sup>4</sup>, no qual a história é tratada de forma factual, linear e progressista. Nesse paradigma, os conteúdos configuram-se de maneira compartimentalizada, cristalizada, enfim, conteúdos prontos e acabados, desprovidos de historicidade.

Nunes (1996) sinaliza que a visão de história que se legitima no seio desse paradigma epistemológico é uma visão de história pretensamente neutra. Conforme a autora:

Ideologicamente, porém, nela perpassam os interesses da classe dominante, na qual só é contada a História do vencedor. Este é sempre visto como o único responsável pelos acontecimentos políticos, pela construção do progresso, da paz, da "ordem", do desenrolar da História de um povo, de uma nação (p. 87).

---

<sup>3</sup> A esse respeito, indicamos a leitura do texto: Saberes docentes & formação profissional, escrito por Maurice Tardif em 2002 e publicado pela Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>4</sup> Termo colocado em circulação pela historiador de ciência americano Thomas Kuhn (Cf. Burke, 1992). Ainda segundo Peter Burke, dentro do paradigma tradicional, a história política ocupa um lugar central, e assim os demais tipos de histórias, como, por exemplo, a história da arte ou da ciência, são marginalizadas *no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos "verdadeiros" historiadores* (Idem, pp. 10 e 11).

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

Em outras palavras, nessa concepção tradicional de história, a História é vista como uma ciência especializada no estudo do passado. Temos, assim, um ensino voltado para a memorização de fatos, datas e heróis pátrios. Em última instância, trata-se de uma História acrítica, baseada em pura narrativa de acontecimentos, desconectados entre si e desvinculados da experiência social dos alunos.

De acordo com Caimi (2001):

a história nessa visão, é apresentada às crianças como espetáculo, através de comemorações cívicas dedicadas a datas e personagens tidas como significativas para a construção da história pátria: Tiradentes, d. Pedro I, princesa Isabel, entre outros. (p.114).

Dessa forma, o ensino de História tradicional não coloca em questão os conflitos e contradições sociais. Representa a história como o resultado da ação e esforço de alguns indivíduos privilegiados e providenciais. Assim, deve-se, por exemplo, a Independência do Brasil a D. Pedro I, a Abolição da Escravatura à Princesa Isabel. Cabe aqui questionar: onde estão os negros, os índios, os africanos, enfim, os homens, as mulheres e as crianças que construíram a história de nosso povo? As lutas, os embates, as resistências e os conflitos históricos vivenciados por diversos grupos étnicos que contribuíram para a formação cultural, social e econômica do Brasil têm igual valor e espaço de ação nessa visão do ensino de história tradicional? Essas são perguntas, dentre várias outras, que merecem destaque, pois acreditamos que o ato de questionar desperta reflexões sobre o ensino e a prática pedagógica desenvolvida no cotidiano escolar.

Como dissemos, acreditamos que a função do ensino de História seja, em síntese, capacitar os indivíduos para procederem à leitura crítica do contexto social no qual realizam suas experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, considerando o que foi exposto, questionamos: é possível concretizar a função social que o ensino de História possui, uma vez que a maioria dos sujeitos são silenciados e marginalizados do processo histórico? Ao nosso ver, é preciso transformar as concepções e as práticas ensino desenvolvidas na escola básica, para que se possa efetivar um ensino mais democrático e igualitário, em consonância com as culturas e vivências dos alunos.

Transformar concepções e práticas de ensino requer, principalmente das políticas públicas, um investimento profundo na formação continuada de professores, com salário digno, usufruindo de estrutura de apoio ade-

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

quada, ou seja, acervo de livros, supervisão, materiais didáticos e valorização de seu trabalho docente.

No entanto, o movimento da história revela-nos que, na maioria das vezes, o poder público, visando à melhoria da qualidade do ensino fundamental no Brasil, concentra seus esforços e investimentos apenas na elaboração de novas propostas curriculares, acreditando que elas são capazes, por si só, de mudar as concepções e práticas de ensino instituídas em nossas escolas.

Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais são elaborados pelo Ministério da Educação em 1996, no intuito de auxiliar o professor *na execução de seu trabalho... , elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático... , atualização profissional* (PCN-HISTÓRIA, 1997, p.5).

Sabemos que os PCNs foram elaborados num contexto político internacional de propostas de nacionalização de currículos. Para uma melhor compreensão desse processo de padronização curricular, fazemos menção ao Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96, que expressa claramente essas propostas que respondem à ordem política neoliberal conservadora. Vejamos o que determina a LDB:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (p. 36).

Para o Governo Federal, o discurso em prol da nacionalização de currículos é justificado com base na necessidade de possibilitar a todos o acesso aos conhecimentos universais, e por meio dos temas transversais, o acesso às alteridades culturais, geográficas e políticas locais. Constitui-se, portanto, um avanço democrático, à medida que brasileiros em idade escolar de todos os lugares do país passaram a usufruir de um referencial comum de conhecimentos. Ao nosso ver, o que é comum a todos, ou seja, o referencial universal para o ensino fundamental, deve se expressar também no acesso ao desenvolvimento de capacidades que assegurem uma formação digna para todo cidadão brasileiro.

Moreira (1996), no momento da produção e discussão dos PCNs, analisava questões relevantes em relação à implantação de um Currículo Nacional. Para o autor, a implantação implicava, sobretudo, o ato de privi-

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

legiar os discursos dominantes, excluir do espaço da sala de aula, as vozes dos diversos grupos sociais oprimidos, tidos, historicamente, como não merecedores de serem ouvidos nesse espaço escolar.

O discurso oficial, que intencionava a construção de uma sociedade democrática, a produção de escolas, educadores e estudantes comprometidos com a emancipação de indivíduos e grupos oprimidos, não se afinava com o discurso pedagógico acadêmico. Neste sentido, é importante registrar a resistência dos pesquisadores ligados à ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

Focalizando a crítica efetuada por Moreira, faz-se necessário enfatizar que a escola e o currículo apesar de exercerem a função reprodutivista da cultura hegemônica (valores, tendências culturais e econômicas), na qual o sistema vigente é legitimado, a escola é também um espaço de produção de saberes, valores e idéias capazes de desenvolver relações que questionem e modifiquem as desigualdades e injustiças reforçadas pelas relações de poder que perpassam o cotidiano escolar.

Fonseca (1998) elucida de forma clara o papel que o currículo ocupa nessa veiculação de ideologias, de propostas culturais e pedagógicas. Segundo a autora, o currículo *como discurso age, especialmente, no processo de formação continuada, no pensamento dos professores e da burocracia escolar* (p. 23).

Analisando os PCNs, constatamos que sua implementação não é “obrigatória”. Conforme o Governo Federal, o texto curricular possui um caráter *aberto e flexível*, permitindo às escolas sua adoção ou não. Se implementado, as escolas podem e devem incorporar, em seus Projetos Políticos Pedagógicos, as especificidades locais, ou seja, o saber local, a cultura, os valores, crenças, representações..., efetivando, assim, um ensino contextualizado e voltado para as necessidades da comunidade atendida.

Entretanto, Apple (2000), ao discutir os processos de nacionalização curricular, alerta-nos que esse processo de nacionalização curricular tem como objetivo central o estabelecimento de um sistema nacional de avaliação. Podemos afirmar, portanto, que de uma forma ou de outra, as escolas terão que desenvolver os conhecimentos selecionados e sistematizados no Currículo Nacional.

Apesar das problemáticas em torno da elaboração e intencionalidades dos PCNs, não podemos desconsiderar que eles apresentam avanços significativos, se comparados com propostas curriculares anteriores. Durante sua análise, constatamos que os conteúdos históricos são apresentados como uma leitura, e não como recuperação de uma suposta verdade do passado.

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

Além disso, o texto propõe-se o estudo das ações humanas e em seu conjunto há uma forte preocupação com a diversidade cultural, apontando para a necessidade da escola considerar os diversos grupos culturais a que pertencem seus alunos. É importante acrescentar ainda que a idéia fundamental dos Parâmetros Curriculares de História é integrar o ensino ao cotidiano do aluno, legitimando a educação para a cidadania, colocando a escola em consonância com as demandas atuais da sociedade.

Identificamos, também, algumas limitações presentes no texto curricular. Elas se expressam de forma mais visível nas sugestões temáticas e metodológicas. Dentro das sugestões temáticas, percebemos que diversos grupos étnicos são desconsiderados, como, por exemplo: os africanos e os negros.

Apesar de tais limitações, pensamos que ignorar ou desconsiderar totalmente a proposta do MEC não contribui para o debate educacional. Conhecê-lo, compreendê-lo e desvelar suas intencionalidades permitem entender que esse documento é parte de um projeto amplo de educação, fruto de políticas públicas educacionais implementadas pelos poderes federal, estadual e municipal.

Além disso, acreditamos que, conhecendo o documento, os professores podem construir, desenvolver coletivamente outras propostas de ensino, de natureza emancipadora, que possam ser utilizadas, de fato, como instrumento socializador de conhecimentos culturais produzidos pela humanidade. Dessa forma, levando em conta o saber local, as culturas e as vivências, os professores podem incorporar as vozes, os valores e a história dos grupos silenciados e marginalizados historicamente.

Vale ressaltar que considerar a proposta do MEC, mas não como proposta única, possibilita minimizar as diferenças de oportunidade, visto que cada criança ou jovem brasileiro, mesmo em locais com pouca infraestrutura e condições desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania e deles usufruir.

Sendo, portanto, o Currículo Nacional um documento fruto de uma política educacional marcadamente neoliberal conservadora, carregado de valores e pressupostos que precisam ser compreendidos, decifrados e investigados, realizamos as entrevistas com as professoras atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no intuito de analisar os processos de implementação desse documento curricular e os significados que as professoras atribuem ao texto do PCN – História.

Antes de apresentar os resultados obtidos nas entrevistas, falaremos

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

um pouco sobre o roteiro elaborado e utilizado nesse processo de interlocução com as professoras. O roteiro, como instrumento técnico, foi organizado em dois (2) blocos, que são respectivamente: 1) dados de identificação da escola; 2) dados referentes aos PCNs.

No primeiro bloco – dados de identificação da escola – , apreendemos informações como: nome da escola; endereço; localização da escola no município (central ou periférica); zonas de localização (residencial, comercial, industrial, mista).

No segundo bloco – dados referentes aos PCNs – , as seguintes questões foram investigadas: quando e como a escola recebeu os PCNs? a instituição escolar teve alguma participação direta ou indireta na consulta (solicitação de pareceres sobre a versão preliminar dos PCNs, por parte da SEF/MEC) ou elaboração dos PCNs? houve resistência na implementação dos Parâmetros por parte dos sujeitos envolvidos com a ação pedagógica? que tipo de resistência? quanto à operacionalização, o Currículo Nacional foi analisado pelos professores? essa análise foi feita individual ou coletiva? a escola promoveu reuniões para ampliar o seu estudo/discussão? como os PCNs estão sendo apropriados, recriados e utilizados pelos educadores? com relação ao planejamento curricular, como a escola desenvolve sua proposta curricular ? como a escola está se organizando para elaborar projetos educativos, planejamentos de aula de acordo com as diretrizes contidos nos Parâmetros?

No primeiro contato com as escolas investigadas, ficou evidente a resistência de alguns professores(as) para com as pesquisas da Universidade. Observamos que as instituições constituem-se em um espaço refratário ao debate, à discussão e ao diálogo com a comunidade universitária.

Na Escola Municipal Professora Stella Saraiva Peano, foram necessárias quatro visitas para que a entrevista fosse realizada na sua totalidade. Esse dado, ou seja, o limitado acesso ao interior das escolas, acabou por restringir nosso objetivo de analisar, de forma mais ampla, os saberes e as práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino de História, pois, para estudar, analisar e compreender os saberes e as práticas pedagógicas, é preciso ir além da análise do currículo oficial e das vozes dos profissionais.

Em contrapartida, o Colégio Marista Champagnat recebeu-nos com extrema gentileza, mostrando-se aberto aos nossos questionamentos e compreendendo a importância e relevância de nosso trabalho, contribuindo de forma significativa para a concretização de nosso estudo.

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

Chamamos a atenção para um dado que julgamos imprescindível que se refere à análise dos currículos de História dos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental das três (3) escolas pesquisadas. É importante dizer que a denominação utilizada pelas escolas investigadas diferem-se entre si, ou seja, a Escola Municipal Stella Saraiva Peano refere-se ao Currículo como *Plano de Curso*, enquanto a Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães denomina-o como *Planejamento Curricular*, e, por último, o Colégio Marista Champagnat, refere-se ao Currículo como *Proposta Curricular*.

Por intermédio dos discursos dos sujeitos entrevistados, percebemos que, apesar das escolas usufruírem de uma determinada autonomia para elaborar suas propostas pedagógicas, elas, em geral, reproduzem de forma mecânica os pressupostos e diretrizes estabelecidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

As escolas serão identificadas como Escola 1: Escola Municipal Stella Saraiva Peano; Escola 2: Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães e Escola 3: Colégio Marista Champagnat. Nesse sentido, apresentaremos a seguir os resultados obtidos nas entrevistas.

### RESULTADOS

A escola 1 faz parte da rede municipal de ensino de Uberlândia - MG. Atende alunos do Ensino Fundamental, isto é, 1ª a 8ª séries. A instituição atende alunos pertencentes à “classe média – baixa” e “classe trabalhadora”, nos períodos matutino, vespertino e noturno, funcionando há vários anos em bairro da periferia da cidade.

Fomos recebidas pela Diretora e a Vice-Diretora da escola. Pedimos para agendar um encontro com as professoras das séries iniciais, no entanto, esse encontro não foi possível, pois elas “sugeriram” que seria mais adequado realizar a entrevista com os quatro supervisores da escola. Em suas palavras, os supervisores *teriam maiores informações sobre a temática pesquisada...* Dentre os todos os supervisores, apenas uma se dispôs a ser entrevistada.

De acordo com a entrevistada, os Parâmetros Curriculares foram recebidos em 1999, enviados diretamente pelo Ministério da Educação – MEC. A partir daí, a equipe pedagógica repassou os documentos para os professores e procurou orientá-los em sua utilização.

O diálogo com a supervisora evidenciou que o processo de implementação dos PCNs tem ocorrido lentamente, devido à resistência

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

dos professores diante da proposta elaborada pelo MEC. Assim, a incorporação das temáticas, dos conteúdos e das propostas metodológicas, não tem se processado como a equipe pedagógica deseja.

A instituição adota, desde 1998, a proposta curricular — Definindo Caminhos — elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, sob orientação da Coordenação Didático–Pedagógica (CDP), e, com base nessa proposta e na realidade escolar, os planejamentos de aula. Essa proposta curricular foi construída após o lançamento dos PCNs, exatamente no ano de 1998, trazendo consigo diretrizes que indicam uma renovação no campo conceitual (ressignificação dos conceitos de homem, sociedade, educação, educador e aluno) e metodológico, capaz de corresponder aos desafios colocados pelo dia-a-dia da sala de aula. Lembremos que tal proposta foi elaborada coletivamente, contando com a presença de um número significativo de professores em exercício profissional, especialistas e dirigentes da Rede Municipal de Ensino, o que possibilitou englobar as propostas construídas anteriormente em cada escola.

Para a supervisora, uma das dificuldades para trabalhar os conteúdos de História é justamente defini-los, pois *os livros didáticos trazem tudo misturado, não separam qual parte é de história e qual é a parte de Geografia*.

Ainda com relação à implementação dos Parâmetros Nacionais, apesar das resistências e dificuldades encontradas, a escola desenvolve reuniões quinzenais, sendo estas divididas por séries, desde o ano de 2001, com o propósito de socializar e discutir de uma forma mais ampla as finalidades, os objetivos e as intencionalidades do documento curricular.

Observamos que o grau de informação da supervisora, no tocante ao texto dos PCNs, era bastante limitado, mostrando um aparente desconhecimento do assunto tratado, bem como uma certa indiferença em relação ao tema. Ao nosso ver, essa postura é preocupante, pois os PCNs representam uma das mais recentes propostas pedagógicas para a educação brasileira, e mesmo que eles não sejam implementados nas salas de aula do Ensino Fundamental, mediante a prática educativa dos educadores, far-se-ão presentes nos materiais didáticos (livros, vídeos, programas de computadores, etc.) e, especialmente, no sistema nacional e estadual de avaliação.

A escola 2 pertence à rede pública estadual de ensino. A organização dos tempos e espaços, do trabalho e da prática pedagógica da instituição pesquisada, desenvolve-se por meio do sistema de ciclos. Atendendo, assim, crianças na faixa etária de 7 a 9 anos de idade (1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental).

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

Situa-se na região central da cidade, funcionando nos períodos matutino e vespertino, e atende alunos oriundos dos diversos bairros, abrangendo tanto a classe média como a classe média – baixa.

Nessa escola, fomos recebidas pela supervisora. Um dado interessante, e que merece destaque, é que da mesma forma que na escola anterior, não obtivemos acesso aos professores. Apesar de expormos nossos objetivos e a importância da pesquisa acadêmica desenvolvida em parceria com as escolas públicas, a supervisora alegou que a interlocução com os professores não seria possível devido a diversos fatores, dentre eles, a carga excessiva de atividades que eles realizam.

Nessa perspectiva, a entrevista foi efetuada com a supervisora. A princípio, o diálogo foi marcado por um certo constrangimento, apreensão e insegurança diante das questões propostas. Um aspecto que devemos ressaltar é a forte resistência apresentada por parte da entrevistada. Sentimos, assim, tratar-se de um ambiente estranho à prática da pesquisa, à discussão pedagógica e curricular.

Quando abordamos o tema dos PCNs, a supervisora disse não ter lido o documento, apenas alguns resumos e comentários que tratam desse assunto. Afirmou, ainda, que *apenas um professora da escola conhece o documento como todo*.

Segundo a supervisora, cada uma das profissionais recebeu os PCNs em casa através dos Correios. Apesar disso, verificamos que permanece o desconhecimento, pois, segundo ela, não há tempo de estudo, para assim compreender o documento, sobretudo, suas intencionalidades, princípios, objetivos, conceitos, conteúdos e métodos para o ensino de História.

Nessa perspectiva, a entrevista revelou que os Parâmetros Nacionais ainda não foram implementados na escola, sendo válido destacar que a Proposta Curricular adotada por essa instituição é a do Estado de Minas Gerais. A referida proposta curricular foi elaborada em 1994, anterior à publicação dos PCNs. De 1ª a 4ª série, destacamos que, ao analisar a concepção de história, identificamos que esta não é vista como história – ciência, não possibilitando ao aluno a compreensão da realidade em sua totalidade, complexidade e dinamismo.

Em função das limitações apresentadas na entrevista (desconhecimento do tema), a supervisora se disse incapaz de responder às questões propostas. Desse modo, agradecemos e finalizamos a entrevista.

A escola 3, diferentemente das demais escolas investigadas, pertence à rede particular de ensino de Uberlândia – MG –, e, nessa perspectiva, foi possível fazer um contraponto com relação às outras instituições.

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

A instituição atende alunos predominantemente de “classe – média”, possuindo um número significativo de salas de aula e um amplo espaço físico. Oferece à comunidade os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Situa-se na região periférica da cidade.

Apesar de sermos recebidos com extrema gentileza, também não foi possível dialogar com professores, pois a Coordenadora Pedagógica alegou que, no referente a questões curriculares, ela seria a pessoa adequada para fornecer informações. Desse forma, encaminhamos a entrevista e percebemos que, por tratar-se de uma instituição religiosa, as práticas educativas expressam de maneira clara a preservação das tradições, valores e princípios. Entretanto, conforme a Coordenadora Pedagógica, a educação é orientada pela pluralidade e abertura de espaço para discussões e reformulações e inovações pedagógicas e curriculares.

No interior das discussões e reformulações curriculares mencionadas anteriormente pela entrevistada, encontram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, que, antes da sua publicação em versão preliminar, já se faziam presentes na escola, por meio de textos que abordavam o processo de sua elaboração pelo Ministério da Educação. Nessa perspectiva, quando, em 1997, o Ministério da Educação trouxe a público a versão final dos PCNs, a escola já se encontrava inserida nas discussões e se lançava no intuito de promover a revisão curricular necessária diante das novas diretrizes presentes no documento curricular.

Nesse contexto, foram realizadas reuniões coletivas com os professores, no intuito de discutir os princípios e as mudanças previstas para o ensino de História. Diante disso, as reformulações curriculares aconteceram, na busca da inovações e mudanças. Em consequência, uma nova concepção de história foi adotada, propondo, por fim, o trabalho voltado para projetos de ensino fundado na interdisciplinaridade.

A Coordenadora Pedagógica relatou que os professores, imersos nesse processo de inovações e mudanças, mostraram-se, sobretudo, abertos e flexíveis a implementação das diretrizes oficiais. Porém, apesar da abertura e flexibilidade, os professores encontraram muitas dificuldades em implementar os PCNs. As dificuldades justificam-se, de acordo com a Coordenadora Pedagógica, devido às lacunas deixadas pela formação docente. Questionada sobre essas lacunas, a entrevista relatou que elas se concentram na base teórica limitada e na visão tradicional de ensino.

Em 1997, período em que as inovações e mudanças curriculares procederam de forma mais intensa, os professores que ministravam aulas

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

nas séries iniciais possuíam, em sua grande maioria, apenas o antigo Curso Normal. Essa formação inicial gerou dificuldades para colocar em prática as diretrizes trazidas pelos PCNs. Dessa maneira, o desenvolvimento dos conteúdos e das atividades previstas não foi implementado em sua totalidade.

Em suma, os dados expressaram que, embora houvesse problemas referentes à formação profissional dos docentes, esses, assim como toda a escola, possuem uma posição favorável aos PCNs, que constituem a base para a organização e desenvolvimento do processo de ensino da instituição em questão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no estudo desenvolvido, foi possível perceber que a elaboração e implementação do Currículo Nacional por si só não é suficiente para mudar o quadro que principalmente a escola pública apresenta. Caracterizado pela indisciplina, formação docente precária, desinteresse pelo trabalho escolar e falta de relevância da aprendizagem para a vida social. A pesquisa revelou-nos que reverter esse quadro implica, sobretudo, compreender que as transformações curriculares devem ser acompanhadas de políticas voltadas para a formação continuada de professores, com salário digno, estrutura de apoio (acervo de livros, supervisão, materiais didáticos, instalações adequadas) e a valorização do trabalho docente.

No contexto de uma sociedade multicultural e, particularmente, pensando o professor como sujeito ativo do processo educacional, refletindo sobre o que faz e fazendo escolhas sobre o que ensina ou deixa de ensinar (Cf. COUTO, 2004), concluímos que políticas educacionais isoladas não garantem uma educação voltada para o exercício da cidadania, nem tampouco uma ação pedagógica eficaz.

Ressaltamos que, apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresentarem limitações, visões específicas quanto às sugestões temáticas e metodológicas, não acreditamos que ignorá-lo ou desconsiderar totalmente a proposta do MEC seja uma postura adequada. Conhecê-lo, compreendê-lo e desvelar suas intencionalidades, permite-nos entender que esse documento é parte de um projeto amplo de educação, fruto de políticas públicas educacionais implementadas pelos poderes federal, estadual e municipal.

A escola encontra-se inserida no contexto de mudanças sociais,

## **Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

políticas e históricas vivenciadas por todos nós ao longo dos tempos. Sendo assim, não pode manter-se à margem desse processo de mudanças, e, ao nosso ver, os sujeitos envolvidos com o cotidiano escolar são responsáveis pela construção de propostas de ensino de qualidade que levem em consideração tais mudanças, viabilizando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sobretudo, precisamos compreender que a escola, e aqui nos referimos especialmente à escola de Ensino Fundamental, pode se constituir em um espaço de resistência, no qual professores devem envolver-se numa ação coletiva em prol da transformação e o rompimento com práticas curriculares dominantes.

Nossa investigação mostrou-se relevante, uma vez que nos fez refletir e (re)pensar sobre os papéis e os propósitos da escola e dos educadores. Levou-nos a questionar se as instituições brasileiras e, conseqüentemente, os professores estão preparados para acompanhar as mudanças históricas, sociais e culturais que vêm ocorrendo em nossa sociedade capitalista, mudanças essas que nos desafiam o tempo todo à desenvolver propostas curriculares que viabilizem aos alunos o desenvolvimento das competências requeridas socialmente e uma formação integral do ser humano.

Torna-se imprescindível, neste contexto de mudanças, que a escola leve a cabo a construção de um currículo (pressupondo uma relação de parceria com a mobilização e a adesão de toda a comunidade escolar), proporcionando aos alunos o acesso aos saberes socialmente acumulados pela humanidade, bem como, incorporando a esse currículo as experiências, vivências, necessidades, desejos e expectativas de seus educandos, de modo a prepará-los para a convivência no mundo social e para o exercício pleno da cidadania. Isto se efetiva, sobretudo, com a participação direta dos professores em debates e discussões que visem ao estudo aprofundado de documentos que interfiram direta ou indiretamente, no processo de organização do conhecimento escolar.

Nas entrevistas, percebemos que, apesar de tratarmos de diferentes segmentos de ensino (escolas municipal, estadual e privada), as realidades se aproximam muito, assim como as falas e os discursos dos professores, que expressam as lacunas em suas formações profissionais. Especialmente nas escolas públicas, a realidade revelou-nos um profundo descompasso entre as universidades e a escola básica. Nas primeiras, existe um intenso movimento de discussão e produção de conhecimentos acerca das questões curriculares, sendo que, na segunda, essas discussões e produções são incipientes e quase não visíveis.

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

Acreditamos que o debate e a produção de conhecimento em torno do campo curricular sejam de suma importância, pois esse campo não é um campo neutro de transmissão de conhecimentos desinteressados, ao contrário, o currículo é um mecanismo essencial de constituição de identidades individuais e sociais atravessadas por relações de poder<sup>5</sup>.

O desinteresse por conhecer e debater as propostas curriculares em circulação no meio educacional limita a possibilidade de criar novas alternativas da prática educativa e dificulta, principalmente, as oportunidades de libertação.

A análise dos currículos das instituições mostrou-nos que a prática marcante na elaboração destes restringe-se a um simples recorte e reprodução dos conteúdos instituídos e propostos pelos governos federal, estadual e municipal.

Com relação à concepção de história que perpassa o texto do PCN-História, 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, percebemos que os conteúdos históricos são apresentados como uma leitura e não como recuperação de uma suposta verdade do passado. Propõe o estudo das ações humanas e, em seu conjunto, há uma forte preocupação com a diversidade cultural, apontando para a necessidade de a escola considerar os diversos grupos culturais a que pertencem seus alunos.

Partilhamos, aqui, a concepção de História como construção discursiva, pois não se trata de indagar sobre a interpretação histórica *mais verdadeira*, mas interrogar acerca do que sucede com diferentes leituras do presente/passado, quais estratégias e questões definem e moldam seus objetos de estudo e as implicações desses olhares. Assim, cabe-nos questionar: de que forma essas questões afetam a compreensão que os alunos têm da história que está sendo construída no espaço escolar?

Sabemos que o ensino de História recorrente em nossas escolas, mais do que outras disciplinas escolares, tem se constituído em solo fértil para a memorização, repetição e monólogo do professor, um espaço propício para a idéia de saber pronto, acabado, em que resta apenas transmitir. Os PCNs propõem que a disciplina *história pode dar como contribuição específica ao desenvolvimento dos alunos, como sujeitos conscientes, capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania* (PCNs – HISTÓRIA, 1997, p. 30). A esse respeito, pensamos que os PCNs avançam e proporcionam meios

---

<sup>4</sup> Ver: MOREIRA, Antonio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

## Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental

Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca

---

de reverter práticas de ensino de História recorrentes em nossas escolas.

Por fim, reconhecemos que a nossa investigação tornou possível a explicitação de alguns limites, avanços e possibilidades apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, sobretudo, como exercício de pensamento, propusemo-nos a interrogar não só acerca das questões curriculares, mas sobre o papel dos professores e da escola.

À guisa de conclusão, destacamos a necessidade de os professores envolverem-se de forma mais ativa com as questões curriculares, para que possamos compreender as formas particulares de conhecimento que os currículos contemplam e as relações de poder que os sustentam. Sabemos que nossa pesquisa traçou passos que poderão ser ampliados e desejamos, ainda, que ela venha a contribuir para o (re)pensar da educação no Brasil, pois a mudança na qualidade do ensino é responsabilidade de todos nós.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F., SILVA, T. T. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOM MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB (Lei 9.394/96). Apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: COSTA, M. V. (Org.) **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BURKE, P. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAIMI, F. E. **Conversas e controvérsias: o ensino de História no Brasil (1980 – 1998)**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- COUTO, R. C. **Formação de professores/as de História e multiculturalismo: experiências, saberes e práticas de formadores/as**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2004.
- FONSECA, S. G. A nova LDB e o ensino de História. **Presença Pedagógica**

**Saberes e práticas de ensino de história: a implementação dos PCNs nas séries iniciais do ensino fundamental**

*Michele Cristina Moura e Selva Guimarães Fonseca*

---

ca, v.4 (20): 19-25, mar./abr. 1998.

LAVILLE, C., DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda: 1999.

MOREIRA, A. F., SILVA, T. T. (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em Questão. In: **Educação e Realidade**, v.21.n.1. Currículo e Política de Identidade. Jan./jun.1996.

NUNES, S. do C. **Concepções de mundo no ensino de História**. Campinas: Papirus, 1996.

TARDIF, M. **Saberes docentes & formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.